



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 01/2018 – CMPU

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Guarulhos - CMPU, que subscrevem a essa ata, no Auditório do Paço Municipal, Avenida Bom Clima, 90 – Bom Clima, Guarulhos, para a primeira reunião ordinária do ano de 2018, tendo como pautas/informes: 1 - Aprovação das atas da 9ª R.O de 2017 (encaminhada por e-mail em 12/12/17) e da 1ª R.E de 2018 (encaminhada por e-mail em 15/01/18); 2 - Plano Diretor - avaliação das reuniões preparatórias (16,17,18, 23, 24 e 25/01); 3 - Monitoramento das ações do Planejamento Estratégico de 10/11/2017 - Ações programadas para 26/01/18; 3.1 - Propor plano de ação com vistas a geração de recursos sistêmicos/Habitação – Grupo responsável: Mounir, Antônio José, Tatiane (SJ); 3.2 - Propor ações p/ política de Planejamento Urbano e Regional - Grupo responsável: Roberto Moreno e Ivalto; 3.3 - Discussão sobre a Lei de Zoneamento – Grupo responsável: Mounir, Júlio e Gabriel; 3.4 - Conselho deliberativo aprovado pelo plano diretor – Grupo responsável: Júlio, Ivalto, Mário e Jane – prazo de 01/12/17, repactuado para 26/01/18.*****

A reunião ordinária iniciou-se às nove horas e trinta minutos com a presença dos membros infra-assinados, dos membros da coordenação executiva: Kátia Ayumi Tani e Francini Renata Domingues e dos convidados: Roberto S. Moreno, Tatiane Ferreira de Souza, da Secretaria de Justiça e Leonardo Cavalcanti Toledo. Registrou-se as ausências justificadas dos Conselheiros: Clodoaldo Costa de Oliveira (Secretaria de Serviços Públicos), Renato Collacique (Secretaria de Serviços Públicos), Leandro Santos Domingos (Câmara Municipal), Janaína Gomes Bezerra (Movimento Popular – Bárbara Cristina de Sá), Lauana Simplício Pereira (Movimento Popular – Bárbara Cristina de Sá), Daniele dos Santos Marques (Associação Chico Mendes), Jane Marta da Silva (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo) e as ausências injustificadas da Secretaria de Habitação, Secretaria de Obras, Secretaria de Transporte e Trânsito, Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e Inovação, Secretaria de Justiça, Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, SAAE, Associação de Moradores Salgado Filho, Coopercid, Movimento Popular – Instituto Associativo Continental – Iacon, Núcleo de Estudos Ambientais Urbanos – NEU, Universidade de Guarulhos – UnG, Associação dos Empresários de Cumbica – Asec, Associação Empresarial de Guarulhos – ACE, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Município de Guarulhos – Asseag, Associação dos profissionais concursados na carreiras universitárias e tecnológicas no serviço municipal de Guarulhos - ATUS, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e Orçamento Participativo.*****

Constatada a ausência de quórum mínimo para a aprovação das atas, passou ao item 2 – Plano Diretor - avaliação das reuniões preparatórias: as reuniões preparatórias tiveram um total de 116 (cento e dezesseis) participações, sendo 8 (oito) representantes de movimentos sociais; 24 (vinte e quatro) representantes de entidades empresariais e profissionais; 13 (treze) representantes de instituições de ensino e ong's; e nas reuniões temáticas de habitação 12 (doze) participações, mobilidade urbana 13 (treze) participações e meio ambiente 46 (quarenta e seis) participações. Seguiu convidando a todos para participarem das audiências públicas e ressaltou que todas as informações relativas ao plano, como a minuta do projeto de lei e demais materiais utilizados na construção deste, estão disponíveis no site do plano diretor, bem como reforçou a necessidade de mobilização da sociedade e de seus segmentos, frisando por fim, que as inscrições estão sendo recebidas através do site. Em seguida deu a palavra aos presentes: O convidado Sr. Roberto Moreno, que participou de várias reuniões, avaliou que as reuniões foram esvaziadas, e comentou que sentiu falta de devolutivas sobre essa fase do processo à sociedade.*****

O Conselheiro Gilmar Santos, pontuou que na reunião temática de habitação, avaliou que a minuta publicada pelo executivo, apenas cumpre uma exigência legal, mas que apresenta efetividade baixa e que deixa muito a desejar. Afirmou que em seu entendimento, trata-se de um plano muito tímido. Disse ainda que o plano reconhece um deficit habitacional que não reflete a realidade do município e que o movimento não aprova o plano, pois é um plano do governo e não para o povo. Prosseguiu com seus apontamentos afirmando que quanto aos instrumentos urbanísticos, entende que o movimento esperava que o direito de preempção atendesse às necessidades do município e reiterou que foi feito um plano de governo que tem como base o tempo do mandato do governo e não um plano pensado para a cidade.*****

O convidado Sr. Roberto Moreno disse que ainda não teve a oportunidade de ler toda a minuta, mas que entende que o plano resultou num bom documento do ponto de vista jurídico, que traz ideias bastante interessantes, que tomou por base a lei de 2004 e trouxe interessantes atualizações, mas que concorda que em alguns pontos, o plano demonstra-se tímido. Disse que sentiu falta de metas, mapas de propostas, pois como participou do processo de elaboração da lei em vigor, que foi um



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

“plano geral”, havia a previsão de que o próximo seria um plano verdadeiramente estratégico, com propostas efetivas. Prosseguiu destacando que as diretrizes estão muito bem escritas, porém, faltam propostas. Completou dizendo que se não houverem elementos como propostas, corre-se o risco de que o novo plano diretor não tenha efetividade, assim como a lei em vigor.*****

O Conselheiro Gilmar Santos pediu a palavra para complementar a sua fala, e disse que sentiu falta de se pensar a cidade do amanhã, e que está sendo perdida a oportunidade de se fazer um plano diretor com vistas à cidade daqui há 10 anos.*****

O Conselheiro Ivalto avaliou que o plano (minuta) pode ser sim um bom instrumento jurídico, mas que é preciso que o plano atenda a população, especialmente aos mais pobres. Disse que ainda não teve oportunidade de ler a minuta, mas que pelo que soube, a minuta não atende às necessidades e que o momento para se tomar atitudes é esse.*****

O Conselheiro Mounir disse que participou da elaboração do primeiro plano diretor de 1994, e entende que houve uma grande evolução, mas que os governos acabam escolhendo executar as questões que mais lhe agradam e que acredita que deveria haver alguma política para obrigar o governo a aplicar efetivamente o plano. Entende que o plano evoluiu muito na parte teórica, mas que a minuta do plano diretor não atende o PDUI, que teve seu prazo prorrogado para 2021, e por fim disse que teme que plano diretor tenha que ser revisado após a aprovação do PDUI.*****

O Conselheiro Thiago apontou que um dos grandes destaques na minuta quanto a política habitacional é a definição de HIS e HMP.*****

O Conselheiro Júlio disse que embora haja uma equipe técnica que atua no desenvolvimento deste e de outros projetos, tem ciência de que algumas decisões são meramente políticas, e que existem questões técnicas e políticas no plano diretor. Relembrou que por varias vezes ressaltou a necessidade de se fazer a leitura da cidade atualizada e que a falta disso refletiu na minuta. Disse que é preciso pressionar o governo e não a equipe técnica, pois é o governo quem tem poder de decisão. Disse ainda que o formato proposto para as audiências publicas não dá condições de a população discutir o plano com seriedade, pois 3 (três) minutos são insuficientes. Finalizou essa fala afirmando que é preciso criar mecanismos de pressão por se tratar de questões políticas.*****

O Conselheiro Antônio Carlos disse que gostaria que o governo assumisse a cidade de maneira corajosa sem se limitar em questões ditas políticas, pensando na cidade como um todo e não em pequenos grupos. Disse ainda que a sensação que tem é de que o governo trabalha com urgências e não com planejamento com a visão do todo.*****

O convidado Roberto Moreno em resposta aos apontamentos do Conselheiro Júlio, disse discordar tratar-se de uma questão técnica e política, e no tocante à questão da atualização da leitura da cidade, entende que as informações estão atualizadas, mas que sente falta de um anexo com o plano urbanístico, indicativo, desenhado.*****

Passando ao item 3 da pauta, que trata do monitoramento das ações do planejamento estratégico, passou-se a palavra ao Conselheiro Mounir para apresentar o item 3.1 da pauta - Grupo responsável: Mounir, Antônio José, Tatiane (SJ) - Propor plano de ação com vistas a geração de recursos sistêmicos/Habitação – o grupo de trabalho apresentou uma proposta de minuta de lei para garantir recursos para habitação de interesse social para famílias com renda de até um salário mínimo.*****

O Conselheiro Ivalto entende que o projeto poderia ser ampliado para atender famílias com renda até três salários mínimos.*****

O Conselheiro Thiago sugeriu que sejam incluídos os recursos do IPTU progressivo no tempo no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e parte dele destinado a habitação de interesse social.*

O Conselheiro Júlio parabenizou o grupo, porém entende que na proposta não deve ser incluída a questão de anistia permanente, ressaltando que é preciso cautela para a questão da permanência.***

O Conselheiro Gilmar disse estar de acordo com a opinião do Júlio com relação à anistia, e prosseguiu dizendo que é interessante incorporar a minuta à lei nº 7281/2014 que trata sobre a destinação de parte da renda da arrecadação por uso do espaço publico por terceiro e observar o projeto que fala sobre a privatização de áreas públicas sugerindo que os recursos sejam destinados ao fundo de habitação.*****

O Conselheiro Thiago sugeriu que também sejam incluídos os possíveis recursos oriundos do preço público na utilização de habitações de interesse social do município.*****

O Convidado Roberto Moreno apontou que é importante definir onde os recursos serão aplicados especificando a forma, como por exemplo, se os recursos serão aplicados em projetos, em desapropriações, etc. Sugeriu ainda que ao invés de encaminhar o projeto por lei nova, que seja aproveitada a oportunidade de encaminhar a proposta para que seja inserida no plano diretor.*****

O Conselheiro Antônio Carlos destacou que a aplicação da lei deve ser acompanhada por meio de ações de fiscalização para que os recursos sejam realmente destinados de acordo com suas finalidades.*****



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

O Conselheiro Júlio entende que é preciso criar outros mecanismos para maior controle e prestação de contas dos fundos em geral.*****

O Convidado Roberto Moreno falou sobre a necessidade conceituar o que é moradia e o que é habitação na minuta, e como foi mencionado nas reuniões preparatórias, criar mecanismos para dar efetividade à fiscalização do município no plano diretor.*****

Passando ao 3.2 - Propor ações para política de Planejamento Urbano e Regional - Grupo responsável: Roberto Moreno e Ivalto. O grupo sugeriu que a SDU elabore um mapa da estrutura regional da cidade para que se permita enxergar a cidade regionalizada em seus diversos aspectos, e assim o grupo tenha condições de elaborar a proposta para ser apresentada.*****

O Conselheiro Gilmar propôs a repactuação do prazo, pois o produto dessa ação seria a proposta.*** Tendo em vista que a ação apresentou a necessidade de criação de mapas para subsidiar o trabalho do grupo, e que estes mapas serão elaborados pela servidora Kátia, que em razão da demanda do plano diretor, só poderá entregá-los no início de março, fica prorrogado o prazo da ação para a terceira reunião ordinária do CMPU.*****

Concluindo-se a reunião, fica definido que o grupo responsável pelo item 3.1 - Mounir, Antônio José, Tatiane (SJ), que tem como ação "Propor plano de ação com vistas a geração de recursos sistêmicos/Habitação", elaborará as alterações apontadas pelo conselho e reapresentará a minuta na 2ª reunião ordinária; O grupo responsável pelo item 3.2 - Roberto Moreno e Ivalto, que tem como tarefa "Propor ações para política de Planejamento Urbano e Regional", necessita dos mapas que foram solicitados à SDU e devem ser entregues no início de março, e assim, apresentará sua proposta na 3ª reunião ordinária; O grupo responsável pelo item 3.3 - Mounir, Júlio e Gabriel, que tem como ação elaborar uma proposta para "Discussão sobre a Lei de Zoneamento" apresentará um posicionamento que será apresentado na 2ª reunião ordinária; e o grupo responsável pelo item 3.4 - Júlio, Ivalto, Mário e Jane, que como ação elaborar proposta para que o "CMPU volte a ter o caráter Deliberativo" encaminhada a proposta na audiência pública de 27/01/18, para que seja incluído no plano diretor.*****

Não havendo outros informes, a reunião foi encerrada às 11h37, e eu, Francini Renata Domingues, _____ Chefe da Seção Técnica de Legislação Urbanística (SDU01.06.01), digitei a presente ata.

De acordo (Conselheiros presentes):

Poder Público:

Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente da SDU) _____

Thiago Perez Sávio (Titular da SM) _____

Sociedade Civil

Ivalto José de Araújo (Tit. Mov. Popular – SAM/MNLM) _____

Gilmar Antônio dos Santos (Tit. Mov. Popular – Paulo Canarim) _____

Gilmar Vigiodri Godoy (Sup/Tit. Ent.de Classe – CREA) _____

Julio Soto Saaveda (Tit. Entidade de Classe – IAB) _____

Antônio Carlos Silva dos Santos (Sup. Sindicatos -SEESP) _____

Jarbas Tupinambá (Titular do CMH) _____

Mounir Karame (Suplente do CMH) _____